



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

521  
TJP.

4ª Câmara Cível.

Embargos de Declaração nº 0280284-4.

Embargante: Frigorífico Janga LTDA e Outro.

Embargado: BRF Brasil Foods S/A.

Relator: Francisco Tenório dos Santos.

**EMENTA**

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PURGA DA MORA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.** 1. OS Embargos Declaratórios buscam suprir omissão, contradição ou obscuridade verificadas na decisão, em toda a sua extensão, ou, até mesmo, admitem-se os mesmos para corrigir eventual erro material. 2. Com efeito, a matéria foi devida e suficientemente enfrentada no julgamento do Acórdão do Apelo, desservindo a via dos declaratórios para rediscussão da causa, porquanto se constituem julgamento de integração e não de substituição. Embargos Improvidos. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0280284-4, em que figura como Embargante **Frigorífico Janga LTDA e Outro** e, como Embargado **BRF Brasil Foods S/A**, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em negar provimento aos**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

522  
RF.

A.I nº 0280284-4

**Embargos Declaratórios**, tudo em conformidade com o Relatório, Votos, Notas Taquigráficas, Ata de Julgamento e demais peças processuais que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 21 de 03 de 2013.

  
Tenório dos Santos

**Desembargador Relator**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

523  
rap.

4ª Câmara Cível.

Embargos de Declaração nº 0280284-4.

Embargante: Frigoífico Janga LTDA e Outro.

Embargado: BRF Brasil Foods S/A.

Relator: Francisco Tenório dos Santos.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Embargos de Declaração manejados por **BRF Brasil Foods S.A e Outro**, contra Acórdão proferido por esta Relatoria, em sede de apelação, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Materiais, Morais Emergentes e Tutela Antecipada, tombada sob o nº 0011939-43.2011.8.17.0001, protocolada na 33ª Vara Cível da Capital, que manteve inalterada a sentença primária que julgou todos os pedidos formulados na inicial improcedentes.

Sustenta o embargante omissão e contradição no Acórdão guerreado, requerendo o acolhimento do presente recurso.

É o relatório do essencial.

Recife, 21 de 3 de 2013.

Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

524  
TJP.

4ª Câmara Cível.

Embargos de Declaração nº 0280284-4.

Embargante: Frigoífico Janga LTDA e Outro.

Embargado: BRF Brasil Foods S/A.

Relator: Francisco Tenório dos Santos.

VOTO

Cuida-se de Embargos de Declaração manejados por **BRF Brasil Foods S.A e Outro**, contra Acórdão proferido por esta Relatoria, em sede de apelação, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Materiais, Morais Emergentes e Tutela Antecipada, tombada sob o nº 0011939-43.2011.8.17.0001, protocolada na 33ª Vara Cível da Capital, que manteve inalterada a sentença primária que julgou todos os pedidos formulados na inicial improcedentes.

Sustenta o embargante omissão e contradição no Acórdão guerreado, requerendo o acolhimento do presente recurso.

Pois bem.

Data máxima vênia, após muito analisar o presente caso, com a devida acuidade que a questão demanda, tenho que a decisão molestada não merece reforma. Explico.

Não há de se falar em contradição ou omissão no acórdão embargado.

É preciso enfatizar as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, elencadas no art. 535, do CPC:

"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

525  
Fp.

ED nº 0280284-4

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal."

Destarte, constata-se que não há qualquer contradição ou omissão no acórdão, nem matéria a ser prequestionada, porque prolatada decisão a respeito, devidamente fundamentada, motivo pelo qual deve ser rejeitado o presente recurso.

Fica patente que o embargante, ao interpor os embargos questiona as cláusulas do contrato entabulado entre as partes, finalidade à qual não se presta a via recursal eleita, a não ser em situações excepcionais, o que não se dá no presente caso.

Recorramos aos ensinamentos do Superior Tribunal de Justiça:

"É incabível, nos declaratórios, rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em consequência, do resultado final. Nesse caso, há alteração substancial do julgado, o que foge ao disposto no art. 535 e incisos do CPC. Recurso especial conhecido em parte e assim provido." (RSTJ 30/412).

**"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO A QUO. MATÉRIA COM REEXAME DE PROVA E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. (...) PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. 1. Constatando que o acórdão embargado é**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

526  
TJP

ED nº 0280284-4

livre de quaisquer dos pressupostos para o acolhimento de embargos de declaração, tem-se por incabível a apreciação destes visando, única e exclusivamente, o re julgamento da demanda. Não há vícios no acórdão quando as questões do recurso restaram devidamente examinadas no aresto atacado, com fundamentos claros e nítidos. 2. As funções dos embargos de declaração, por sua vez, são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão. 3. Argumentos da decisão a quo que se apresentam claros e nítidos. Não dão lugar a omissões, obscuridades, dúvidas ou contradições. (...) Não obstante a oposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância especial, se não há omissão do acórdão a ser suprida. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC quando a matéria enfocada é devidamente abordada no voto a quo. (...) (STJ - EDcl no AgRg no Ag 678580/MG, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, J. 20/09/2005)

**"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (...)** É cediço que inócuentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decísium, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

527  
TJP.

ED nº 0280284-4

535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados."(STJ - EDcl no AgRg no REsp 673834/RS , Relator Ministro LUIZ FUX, J. 18/08/2005)

Não difere a posição do STF:

"Não se justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado em obter, em correspondência, a desconstituição do ato decisório." (RTJ 154/223 e 155/964).

Com efeito, a matéria foi devida e suficientemente enfrentada no julgamento do Acórdão do apelo, desservindo a via dos declaratórios para rediscussão da causa, porquanto se constituem julgamento de integração e não de substituição.

Evidencia-se a intenção da embargante de, na suposta alegação de omissão e contradição, rediscutir os fundamentos adotados no acórdão embargado e obter o reexame da matéria julgada, pretensão que não se coaduna com a finalidade dos Embargos de Declaração.

O recurso, por si só, demonstra que o embargante nada mais quer do que a modificação do julgado, o que não é possível nessa via.

Neste sentido:

"Não pode ser conhecido o recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração -não de substituição" (STJ, 1ª Turma, Resp 15.774-0-SP- EDcl., rel.Min. Humberto Gomes de Barros,



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

528  
TJ

ED nº 0280284-4

j.25.10.93, não conheceram, unânime, V.u., DJU 22.11.93, p. 24.895)

Ainda, é consabido que o julgador não precisa examinar e responder a todos os argumentos deduzidos pelas partes, demonstrando-se suficiente e relevante para estribar a conclusão da decisão, a exposição de fundamentação racional, pois "na composição da lide, por operação dialética, basta ao julgador reunir os pontos relevantes sobre os quais, fundamentadamente, deve pronunciar-se, não havendo exigência alguma de responder argumento por argumento da parte" (RJTJRGs 130/143).

Isto posto, **nego provimento aos presentes Embargos de Declaração**, mantendo incólume o Acórdão guerreada.

É como Voto.

Recife, 21 de 03 de 2013.

Tenório dos Santos

Desembargador Relator